


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1004092-67.2014.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: MARTA MARIA AMATO – CPF 610.730.248-49,
 MARLENE AMATO – CPF 895.884.528-72
 e MARCOS FERNANDO AMATO – CPF 028.460.498-40
 Requerida : MIRIAN AMATO

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes informam que sua irmã MIRIAN AMATO – CPF 034.059.038-66 faleceu em 01/02/2014. Pedem alvará para que o advogado possa sacar restituição do Imposto de Renda e o saldo existente nas seguintes contas bancárias em nome da falecida: Banco do Brasil, agência 3062-7 conta poupança 300.630-3; Banco do Brasil, agência 6509-9 conta corrente 13773-1; Banco do Brasil, agência 6509-9 conta poupança 199970-4; e, Caixa Econômica Federal, agência 0348-4 conta poupança 013-105.779-5. Mandatos as fls. 3/5, documentos diversos às fls. 06/33, 48/51 e 60/63.

É o relatório. Fundamento e decido.

Os documentos de fls. 06/33 revelam a legitimidade dos requerentes ao saque da restituição do IR e do valor dos saldos existentes nas contas bancárias especificadas as fl. 48/51 e 60/63, porquanto são herdeiros colaterais da falecida.

A inicial não foi formulada com a indispensável clareza. A petição de fl. 40 indica que os RS 14.053,56 decorreram de crédito do pai dos requerentes, fruto de ação judicial. Já as fls. 72/73 os requerentes mencionam que esse valor refere-se a crédito em nome da mãe dos requerentes e exibiram o informativo de fl. 74, que não é nada esclarecedor, pois não menciona de que é o crédito no importe referido. Com efeito, os requerentes pretendem o fracionamento dos levantamentos na tentativa de se livrarem do ITCMD. Terão que recolhê-lo, em princípio, sobre a integralidade dos valores apontados nesta sentença, sem prejuízo da FESP identificar a real extensão de seu crédito tributário e até mesmo isentá-los do tributo nas hipóteses previstas em lei.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

O valor da restituição do IR 2014/2013, no importe de R\$ 1.626,25, já está depositado na conta corrente da falecida e também será levantado pelos requerentes através de alvará.

DEFIRO o pedido inicial, expedindo-se alvará em nome do Espólio de Mirian Amato – CPF 034.059.038-66, a ser representado pelo advogado dos requerentes, Dr. MARCOS MORENO BERTHO – OAB/SP nº 97.823 (*RG 11.485.156-SSP/SP, CPF 058.936.738-24, com escritório nesta cidade na Rua Santa Iria nº 263 – Centro, Ibaté-SP, CEP 14.815-000*), para sacar a integralidade dos saldos existentes nas seguintes contas bancárias em nome da falecida, MIRIAN AMATO – CPF 034.059.038-66: Caixa Econômica Federal, agência 0348-4 conta poupança **013 - 105.779-5**; Banco do Brasil, agência 3062-7 conta poupança **010.300.630-3**; Banco do Brasil, agência 6509-9 conta corrente **13.773-1** e Banco do Brasil, agência 6509-9 conta poupança **010.199.970-4**, compreendendo a autorização judicial os poderes para a assinatura em papéis e documentos para a consecução daquele objetivo, inclusive receber e dar quitação e encerrar mencionada conta de poupança. Os requerentes têm 10 dias para provocar a FESP, na via administrativa, visando ao recolhimento do ITCMD ou à obtenção da declaração de isenção tributária. Vindo o recibo ou a declaração, manifeste-se a FESP. Só depois da concordância desta é que esta sentença servirá como alvarás para os fins supra, mas para tanto se exigirá outra decisão judicial para liberar essa interação.

P.R.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito.

São Carlos, 06 de outubro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA